

Wladimir Jansen Ferreira

Graduado em bacharelado e licenciatura em geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP 2005.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a Educação na sociedade capitalista, compreendendo os significados ideológicos de currículo e de escola na história das sociedades. Será proposto outro modelo de educação, que rompa com os preceitos capitalistas e que busque a emancipação humana.

Palavras-Chave: Educação; Escola; Sociedade; Emancipação.

ABSTRACT

This article aims to analyze Education in capitalist society, understanding the ideological meanings of curriculum and school in the history of societies. It will be proposed another model of education that breaks with capitalist precepts and seeks human emancipation.

Keywords: Education; School; Society; Emancipation.

UM PASSEIO PELA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E A CRÍTICA DA ESCOLA DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para compreendermos a escola do século XXI, é necessário que reflitamos sobre o significado de educação, qual a função social da escola e na utilização do conhecimento para a reprodução de hegemonias e disparidades sociais.

Educação é uma ação ou resultado do ato de educar, levando em conta a formação e o desenvolvimento da capacidade física, moral e intelectual do educando, buscando sempre a integração social.

O conhecimento (e o seu uso) deve ser compreendido como ferramenta de dominação social, tendo a escola um importante papel. A instituição Escola está estritamente integrada à idéia de sociedade. Está relacionada à manutenção e reprodução das relações sociais, ajudando na construção dos saberes da sociedade.

A Instituição Escola surgirá na Idade Média europeia, na ideia de transmissão do saber em espaços específicos, isolando os alunos jovens do mundo dos adultos, sendo algo reservado às elites (inicialmente aos nobres e depois a burguesia, excluindo lavradores, operários e aos pobres que aprendiam na prática cotidiana). Esta escola cultuava o passado, destacando a moral e a religião, o domínio da palavra e o saber abstrato. A educação, mais do que nunca, tem reforçada a sua função de reprodução social.

A educação é parte integrante da super-estrutura capitalista, pois esta proporcionaria uma produção simbólica de ideologia que sustentará a infra-estrutura. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) foram quem criaram os conceitos de infra-estrutura (a produção material, ligado aos modos de produção das sociedades) e a superestrutura (a produção imaterial, sendo a representação que os homens fazem de si e da sociedade na sua organização jurídica e política que se produz a partir da infraestrutura).

Neste sentido, diz que a burguesia precisava criar uma escola com uma filosofia que pudesse reproduzir seus ideais:

“A burguesia, classe em ascensão, vai se manifestar como uma classe revolucionária, e, enquanto classe revolucionária, vai advogar a filosofia da essência com um suporte para a defesa da igualdade dos homens com um todo,

[...] é sobre essa base de igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e, assim que a burguesia se torna a classe dominante, ela vai, a partir de meados do século XIX,

estruturar os sistemas de ensino e vai advogar a escolarização para todos". (SAVIANI, 2003, p. 38)

A escola trabalha com a relação do simbólico, ou seja, trabalha com o imaginário dos estudantes e pessoas. Os saberes da sociedade são representações da sociedade sobre si mesma. Todas as sociedades têm relações de noções espaciais, relações com o mundo, percepções do mundo em linguagens. Os lugares determinam relações sociais e as relações sociais são a materialização do lugar (se materializam no lugar).

A escola legitima uma situação pré-existente, onde o lugar de cada um na escala social é determinado pelos resultados escolares. A escola reproduz a divisão da sociedade em categorias sociais distintas, reflete, portanto, a luta de classes nas sociedades. Neste sentido, todas as instituições da sociedade existem para manter a sociedade vigente e a escola existe para este fim.

A escola surge com a intenção de "transmitir saberes" para as classes sociais hegemônicas e manter o status da sociedade. Segundo FOUCAULT (1996, p.44) todo o "[...] sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo". Portanto, a escola tem como função política e social, a manutenção das relações sociais. Fazer com que as novas gerações incorporem pensamentos, regras e valores culturais da sociedade e de seu modo de produção. Esta transmissão cultural de valores ideológicos será diferente de acordo com a classe social, ou seja, a escola impõe um tipo de cultura em detrimento das outras.

Segundo SANTOS (2008, p.15-16), o saber escolar é ideológico para poder garantir a própria existência da sociedade capitalista, além de defender "*saberes de caráter nacional, para garantir o processo de gestão política que tem se realizado na forma de Estados Nacionais*".

Por não haver ação sem intenção, não haveria uma escola e um currículo escolar ingênuo. Entendemos como Currículo Escolar na definição de SIMIONE (2014, p.25): "*[...] os programas escolares, os planos de curso, as disciplinas, seus conteúdos; tudo o que é supostamente aprendido e ensinado, como valores, atitudes, relações interpessoais*".

Concordamos com SIMIONE, quando diz que o Currículo Escolar está ligado ao controle social e concluímos que este nunca será neutro, pois é um importante artefato cultural e político de transmissão dos conhecimentos sociais:

“A história do currículo está diretamente ligada ao controle social. Tal forma é transmitida pelas disciplinas e conteúdos; por comportamentos do dia-a-dia, valores, regras e ações rotineiras. As escolas não apenas controlam as pessoas, mas também ajudam a controlar o significado.” (SIMIONE, 2014, p.54)

Na educação, o Iluminismo se realizará na chamada “Escola Prussiana”, também conhecida como “modelos eficientes de educação”. Neste modelo, a educação é laica, racional, alienada e regida como se fosse uma fábrica (com metas, alta padronização, avaliações punitivas e classificatórias, altíssimos graus de hierarquia, separação de alunos por idade e meritocracia crescente).

A “Escola Prussiana” se realizará em todas as instancias da Educação Básica, do Ensino Infantil ao Médio, passando também para o Ensino Superior. Ela vai sendo desenvolvida curricularmente nas escolas por Franklin John Bobbitt (1876-1946), que inaugurará a “Teoria Curricular Tradicional” em 1918 com a publicação de seu livro “The Curriculum”. Este proporá que a educação tem como finalidade a preparação para a divisão de trabalho, ou seja, o currículo escolar deveria seguir os moldes de uma indústria ou uma empresa, pautado no modelo de organização fabril proposto por Frederick Winsow Taylor (1856-1915).

O modelo de organização fabril concebida por Taylor foi denominado de “taylorismo”. Este buscava o aumento da produção através da “organização científica do trabalho”, com uma nova organização espacial do processo produtivo nas fábricas. Tivemos o início da divisão das atividades do processo produtivo, tendo uma divisão do trabalho intelectual e do trabalho manual-braçal.

A “Teoria Curricular Tradicional” é claramente *taylorista* e se preocupa com o repasse de conteúdos, onde o “trabalhador age sozinho sob a direção de um supervisor”. Apesar de querer se propor como uma “teoria neutra” (o que é impossível), esta busca resultados quantificáveis, fragmentando enormemente o currículo escolar em disciplinas e

sem se preocupar com a contextualização do conteúdo. Esta visão *taylorista* da “Teoria Curricular Tradicional” esta expressa na afirmação de SILVA (2005) sobre F. Bobbitt:

“No modelo de currículo de Bobbitt, os estudantes devem ser processados como um modelo fabril. No discurso curricular de Bobbitt, pois, o currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados”. (SILVA, 2005, p.12)

Nesta mesma linha de pensamento, Ralph Tyler (1902-1994) consolidará a teoria de Bobbitt. Segundo SILVA (2005):

“Ralph Tyler consolida a teoria de Bobbitt quando propõe que o desenvolvimento do currículo deve responder a quatro principais questões: que objetivos educacionais devem a escola procurar atingir, que experiências educacionais podem ser oferecidas e que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos; como organizar eficientemente essas experiências educacionais e como podemos ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados”. (SILVA, 2005, p. 25)

Segundo SIMIONE (2014, p.18), para Tyler, o currículo se resumiria em quatro critérios: *“1- Os objetivos que a escola deveria atingir; 2- Que experiências seriam feitas para que os objetivos fossem atingidos; 3- Como organizar essas experiências, de forma eficiente; 4- Como garantir que os objetivos seriam alcançados.”*

O “Currículo Tradicional” será essencial para o Capitalismo, mas este será aperfeiçoado pela “Escola Tecnícista”. No Tecnícismo a criança tem de obedecer, já embutindo as regras sociais sob o manto do autoritarismo.

A pedagogia do Tecnícismo tem como eixo a racionalidade, eficiência, a memorização, a repetição e a produtividade. A “Escola Prussiana” é puramente Tecnícista e não há espaço para o questionamento do sistema capitalista, mas a sua reprodução alienada. O conhecimento está grandemente desconectado da realidade e da vida dos educandos, tendo a retórica e a filosofia política excluídas totalmente do currículo escolar.

É uma educação puramente “bancária”, com metas para atender os interesses do capital, buscando uma eficiência na aprendizagem à menor custo.

A infra-estrutura das escolas atuais ainda se baseia no modelo militarizada prussiano, com portões, grades, muros altos, horários de entrada e saída, duração rígida das aulas, fardamento ou uniforme obrigatório, intervalo, sirenes ou sinais de alerta, a exclusão da subjetividade e da diferença, além de uma extrema competitividade.

CONCLUSÕES: A ESCOLA BUSCADA

A escola tem como função política e social, a manutenção das relações sociais. Fazer com que as novas gerações incorporem pensamentos, regras e valores culturais da sociedade e de seu modo de produção. Esta transmissão cultural de valores ideológicos será diferente de acordo com a classe social, ou seja, a escola impõe um tipo de cultura em detrimento das outras.

A escola é um bem cultural que aliena os alunos para a continuidade da reprodução da lógica social, reproduzindo e naturalizando formas de produção. O professor vira um agente do Estado. É necessário que o professor fuja da lógica alienante da escola capitalista.

O currículo da escola Tecniciستا-Capitalista está baseado na classe dominante e é mais facilmente absorvido por esta do que a classe dominada:

“O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. [...] Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável”.
(SILVA, 2005, p. 35).

A qualidade da educação tecnicista localiza-se nos resultados e esses se verificam no rendimento escolar. Mas entende-se que é muito difícil se mensurar a qualidade educacional.

O modelo da “Escola Tecnícista” falhará em vários aspectos, sobretudo por não compreender a natureza da aprendizagem, a necessidade da liberdade de escolha, a importância do amor e das relações humanas, além do desenvolvimento individual e coletivo.

GIROUX (apud SILVA, 2005, p.45) critica a “Escola Tecnícista” no sentido de que os critérios de eficiência e racionalidade é extremamente burocrática, por desconsiderar o caráter histórico-ético-político das ações humanas e por desconsiderar aspectos sociais e cognitivos. O Tecnícismo contribuiria para a reprodução das desigualdades sociais e não para a emancipação social.

Nesta lógica Tecnícista, o professor está virando cada vez mais um executor de um sistema de normas e de controle da sociedade. Ele é uma peça fundamental na engrenagem escolar e social. As políticas de meritocracia e de bonificação no salário dos professores, além da diminuição da participação e do engajamento sindical, contribuem decisivamente para que o governo burguês tenha sucesso no seu plano de precarização do ensino e na preparação da sociedade para as demandas atuais do capital.

A meritocracia está na raiz da tecnocracia. Segundo DUBET (2004, p.542-544) a escola meritocrática “legitima as desigualdades sociais”, criando “desigualdades justas”, onde “o espaço de competição escolar não elimina as desigualdades”, somente o agrava. Há uma política de culpabilização dos alunos e dos professores pelo “fracasso escolar”, desresponsabilizando os governos de sua responsabilidade política sobre a educação.

A escola atual que segue o molde prussiano-tecnícista “disciplinariza” o aluno, não levando em conta as diferenças culturais, a criatividade dos alunos e nem a sua participação autônoma. O aluno padronizado, individualista e submisso perderá a sua identidade com a escola e com os conteúdos aprendidos, que não tem um significado para sua vida.

As instituições escolares seriam “autônomas e responsáveis por seus resultados”, criando uma cultura da “culpabilização” do professor e das unidades escolares. Segundo HARGREAVES (2003) Apud SILVA (2006) os educadores seriam tratados como se fossem “*geradores de desempenhos padronizados*”, “*sendo monitorados de perto (vida profissional supercontrolada, perda da autonomia, criatividade, flexibilidade restrita e capacidade limitada para exercer seu julgamento profissional)*”.

É necessário se modificar métodos e recursos didáticos ou a forma do encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem, além de se democratizar a gestão escolar para a participação dos diferentes atores da comunidade escolar (sejam com os professores, comunidade local, pais e responsáveis, alunos, direção e demais funcionários). Entretanto, esta mudança não adiantará de nada se a escola e a estrutura do ensino não forem questionadas, além da necessidade de uma tomada de consciência por parte do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

O modelo de escola e de educação buscada é a que privilegia uma “Educação Emancipadora”, contra uma que privilegia uma “Educação Bancária Inspirada em Modelos de Reformas Empresariais e Tecnicistas de Educação”.

Na perspectiva crítica, a educação é concebida na sua totalidade social, tornando-se necessário ter em mente no processo educacional a humanização, para o bem comum, o reconhecimento do outro, a valorização do outro, a identificação do outro como um igual a mim, a mesma poderá ser realmente transformadora

Para uma educação libertadora com vias à emancipação social, é necessário vários elementos, passando pela construção de um bom currículo, o aumento da autonomia do professor, mas também com uma melhora nas condições de trabalho dos professores. Por mais que haja um bom currículo, o professor não conseguirá aplicar uma boa aula e fugirá para a “lógica fácil da reprodução de livros didáticos”, pois a sua realidade há salas superlotadas e precarização das condições de trabalho, responsabilização dos professores e das escolas, além da precarização da carreira com baixos salários dos profissionais da educação.

Uma educação com vista à emancipação social de todos os indivíduos constituintes da escola não pode ser compreendida como instrumento de reprodução alienada de uma sociedade com vistas à reprodução das desigualdades de classes sociais e da lógica mercadológica.

Segundo DUBET (2004, p. 545) *“nenhuma escola pode, sozinha, criar uma sociedade mais igualitária”*. É necessário que se rompa definitivamente com o padrão elitista e excludente na educação, pois esta serve para a reprodução da desigual sociedade capitalista. Só pode haver modificações nas instituições da superestrutura em sua “essência” se houverem modificações na infra-estrutura, sendo por ela determinada.

O processo pedagógico deve permitir que haja uma real consciência dos alunos sobre a sociedade: “[...] que permita às pessoas se tornarem conscientes do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais que elas podem se tornar emancipadas ou libertadas de seu poder e controle”. (SILVA, 2013, p. 54).

A construção coletiva e consciente que queremos na educação é aquela voltada à emancipação social dos indivíduos, da negação da sociedade de classes sociais, da formação do “estudante como cidadão do mundo”, do “ser pluralista” respeitando as diversidades, do “ser humanista” focando o ser humano e não o mercado no processo educativo, além do “ser político, coletivo e consciente” que compreende a corresponsabilidade na construção social da educação.

REFERÊNCIAS

1. DUBET, François. “O que é uma escola justa?”. Cadernos de pesquisa, v. 34, n. 123, p-539-555, São Paulo: set/dez 2004.
2. FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
3. HARGREAVES, Andy. “O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança”. Porto Alegre: Artmed, 2003.
4. MACHADO, Adriana Marcondes. “Encaminhar para a saúde quem vai mal na educação: um ciclo vicioso?” In: Revista Educação, São Paulo: SME, 2004.
5. MARX, Karl & ENGELS, F. “Manifesto do Partido Comunista”, São Paulo: Global Editora, 2000.
6. SANTOS, Douglas. “O significado de escola: apontamentos a partir das experiências vividas pelo projeto de ‘Reordenamento da Secretaria de

Educação do Estado do Amapá” (1999-2001). São Paulo: PUC-SP e Governo do Estado do Amapá, 2008.

7. SAVIANI, Demerval. “A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação”. In: Revista Princípios. Nº 47, São Paulo: Editora Anita Ltda, 1998.
8. _____. “Escola e Democracia”. Campinas: Autores Associados, 2003.
9. SILVA, Eunice Almeida da. 2006. In: Resenha Crítica do livro “O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança, de Andy Hargreaves”. Disponível em: http://educadoresemluta.blogspot.com/2009/12/hargreaves-andy-o-ensino-na-sociedade_13.html. Acesso em 19 jun. 2019.
10. SILVA, Tomaz T. da. “Documentos de identidade: uma introdução à teorias do currículo”. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
11. SILVA, Tomaz T. da; MOREIRA, Antônio F. B. “Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais”. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
12. SIMIONE, Larissa J. E. “O currículo multicultural e a sua necessidade para a construção de uma escola inclusiva”. TCC do curso de Especialização em Educação Especial - Fundamentos da Educação Inclusiva com ênfase na deficiência física, UNIFESP, São Paulo, 2014, 50 p.